



<http://pev-proex.uergs.edu.br/index.php/xsiepex/index>

ISSN do Livro de Resumos: 2448-0010

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O ENFRENTAMENTO AO RACISMO E AO CAPACITISMO

Karen Rosa Da SILVA¹, Jéssica Teixeira GOMES¹, Guilherme Ferronato de CASTRO², Camila Pereira ALVES¹, Sofia Hein MACHADO¹ e Raquel da Silva SILVEIRA¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul "UFRGS"¹, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul "PUCRS"²

E-mails: karen.silva230@gmail.com; jessicagomescat@hotmail.com; guilhermecastro0510@gmail.com; psicamilalves@gmail.com; sofiahein9@gmail.com; raquelsilveira43@gmail.com

Resumo

A interseccionalidade entre raça e deficiência é um tema importante que precisa ser ampliado nas universidades e sua visibilização expõe a fragilidade das formações acadêmicas para lidar com esse assunto. O objetivo geral deste trabalho, portanto, é discutir o papel da extensão universitária no enfrentamento ao racismo e ao capacitismo de forma articulada. A metodologia utilizada está ancorada na Educação Popular de Paulo Freire, na Pedagogia Engajada de bell hooks e na contação de histórias. Desse modo, visa promover espaços que desenvolvam discussões interseccionais entre racismo e capacitismo. No período de pandemia, adaptamos as ações para forma virtual, sendo as *lives* na plataforma *Instagram* e os seminários online ferramentas de atuação e de alcance a comunidade em geral, possibilitando a divulgação e a aproximação de pessoas negras com deficiência, mesmo que de forma limitada. Os resultados preliminares são satisfatórios, demonstrando uma adesão do público às atividades e aos debates propostos.

INTRODUÇÃO

A interseccionalidade entre raça e deficiência é um tema importante que precisa ser ampliado nas universidades. A visibilização do assunto expõe a fragilidade das formações acadêmicas para lidar com a complexidade que essa articulação produz (BUZAR, 2012). Racismo e capacitismo operam como barreiras de acesso e permanência de pessoas negras e com deficiência na universidade (SILVA & SILVA, 2018). Nesse sentido, raça e deficiência podem ser utilizados como categorias de análise para entender as relações de poder na sociedade. Na produção de conhecimentos da universidade, a extensão universitária tem sido o espaço privilegiado de trocas com a sociedade, possibilitando o tensionamento dos saberes transmitidos em sala de aula (FREIRE, 1983). Em 2018, instituímos o projeto de extensão CEPAC - Coletivo de Extensão e Pesquisas Anticapacitistas, vinculado ao Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Durante a pandemia do Coronavírus, no período entre 2020-2021, tivemos os contatos presenciais interrompidos e novas formas de se produzir conhecimentos foram criados. As redes sociais e o mundo virtual possibilitaram novas aproximações da comunidade com a universidade. As redes sociais como o *Facebook* aproximaram pessoas com deficiência e seus familiares ao nosso projeto. Chegaram pessoas brancas e chegaram pessoas negras com deficiência. O nosso coletivo já contava com integrantes negros

e cegos vinculados aos movimentos sociais, mas agora passamos a receber pessoas com diferentes deficiências, produzindo desafios importantes.

A extensão universitária é um dos pilares da universidade, sendo o lugar privilegiado de encontro entre a comunidade acadêmica e a comunidade em geral. Para Freire (1983), a troca de saberes que se produz neste encontro tem que ser transformadora, tanto para a universidade, como para a comunidade. Importante salientar que com a implementação das cotas raciais e para as pessoas com deficiência, houve um deslocamento na concentração do saber, antes hegemonicamente branco-eurocentrado. Atualmente, os saberes decoloniais e afroperspectivistas têm produzido uma transformação por dentro, na medida em que as salas de aula deixaram de ser apenas de pessoas brancas (SILVA & LIMA, 2020; NOGUERA, 2019) e sem deficiência. Com acesso a palavra e aos espaços universitários, estudantes negros acenturaram o debate já existente em torno da desigualdade racial no Brasil, explicitando ainda mais o racismo na nossa sociedade (SILVA, 2016). Em relação às pessoas com deficiência na universidade, ainda é tímida a sua presença, tendo as cotas para Pessoas com Deficiência iniciado apenas em 2018 (SILVA & SILVA, 2018). No curso de psicologia da UFRGS, por exemplo, temos tido ao redor de uma ou duas pessoas ingressantes por essa modalidade de cotas por ano. Das quatro primeiras pessoas cotistas com deficiência, três eram homens e uma era mulher. Em relação ao quesito raça/cor, apenas um jovem se declarou pardo, as outras três pessoas se declararam brancas. Essas informações qualitativas, ainda iniciais, já explicitam a interseccionalidade entre racismo e capacitismo. Apesar de não aprofundarmos teoricamente a dominação sexista neste trabalho, quando nos apropriamos da teoria da interseccionalidade passamos a enxergar os diferentes eixos de dominação que compõem a nossa sociedade e que refletem-se nessas informações.

Um dos efeitos das cotas para pessoas com deficiência foi a criação do nosso projeto, o CEPAC. Ele se insere num programa maior de extensão universitária que se dedicava ao enfrentamento do racismo. A partir da perspectiva do quilombismo de Abdias Nascimento (2009), compreendemos que seria importante acolhermos a temática das pessoas com deficiência, pois houve o ingresso de um bolsista com deficiência física ao nosso coletivo extensionista. Dessa demanda intensificou-se a necessidade de promovermos o debate interseccional entre deficiência e raça. Para tanto, o conceito de interseccionalidade foi fundamental, pois permite a complexificação do olhar, da escuta e da proposição de práticas que levam em conta a complexidade dos fenômenos. Segundo Crenshaw (2002), é necessário saber colocar as perguntas de forma que não reforcem a construção de um ser humano específico, tido como universal, normal, segundo o qual todos os outros corpos devem apresentar conformidade. Na lógica padrão de perguntar sobre o sujeito, as teorias acabam por sustentar intervenções e técnicas pensadas para o sujeito e não com o sujeito, que se traduzem em práticas que reafirmam as relações de poder instituídas (CRENSHAW, 2002; DAVIS, 1981). Sob a perspectiva interseccional preconiza-se perguntas que explicitam o racismo, o sexismo, o capacitismo e tantos outros eixos de dominação.

Na temática das deficiências, o saber biomédico tem sido convocado como o detentor da verdade sobre o corpo com deficiência, tendo como base a ênfase de estudos biomédicos sobre a pessoa com deficiência (MELLO, 2016). Segundo Diniz (2007), na sociedade capitalista, a deficiência é compreendida como uma falta, uma falha no corpo que precisa ser consertada. O foco é colocado na lesão no corpo, numa perspectiva individualizada, de tal forma que se deve desenvolver ações e práticas para corrigir a lesão. Esse modelo produz exclusão e discriminação. Entretanto, o ser humano é capaz de resistir às formas de opressão. Nessa direção, em meados do século XX, produziu-se o Modelo Social da Deficiência (DINIZ, 2007), a partir da luta de pessoas com deficiência. Esse modelo propõe uma torção de perspectiva que instiga a sociedade a acolher a diversidade dos corpos e de suas capacidades. A deficiência não estaria na lesão do corpo, mas na inabilidade da sociedade em lidar com esses corpos diversos. Foi neste contexto de lutas e produção teórica que emergiu o conceito de capacitismo, visibilizando que as discriminações e a violação de direitos humanos das pessoas com deficiência é fruto de uma estrutura social que valoriza apenas as pessoas plenamente capazes para funcionar no sistema capitalista (MARCO, 2021).

A partir desta contextualização teórico-política, passamos a discutir os percursos metodológicos e os resultados construídos até o momento.

MÉTODOLOGIA

A metodologia utilizada está ancorada na Educação Popular de Paulo Freire (1983), na Pedagogia Engajada de bell hooks (2017) e na contação de histórias (NOGUERA, 2019). A articulação destas perspectivas teórico-metodológicas possibilita a valorização das trocas de saberes entre a universidade e a sociedade, com o reconhecimento de que as diferenças raciais produzirão experiências de vida hierarquizadas, nas quais o corpo será fundamental para potencializar as aprendizagens e as formas de resistência.

Em função da pandemia de Covid-19, adaptamos as ações para o formato virtual. Temos utilizado as plataformas *Google Meet* e *Zoom*. Desenvolvemos quatro atividades fixas para a comunidade: a) rodas de conversas abertas (quinzenais), b) lives quinzenais na plataforma *Instagram*, c) grupo de idosos(as) Brincar de Viver (semanal), d) criação de conteúdo para as redes sociais e *whatsapp*.

Para desenvolver as nossas ações nesta temática desafiadora da interseccionalidade entre antirracismo e anticapacitismo, atuamos com um coletivo de trabalho composto por: a) coordenação: uma docente de psicologia, uma doutoranda em informática na educação e uma fonoaudióloga; b) estudantes: duas estagiárias de psicologia; quatro bolsistas, estudantes de psicologia, e, um voluntário, estudante de psicologia de uma universidade privada; c) participantes fixos: quatro pessoas da comunidade, uma estudante de fonoaudiologia, oito idosos(as). Todo esse coletivo é composto de forma interracial, com pessoas sem e com diferentes deficiências (visual, auditiva, física, linguagem). Outra característica é a convivência intergeracional, pois temos desde a juventude universitária até as pessoas idosas que participam do grupo Brincar de Viver. Essa convivência de trabalho e de trocas mútuas com pessoas de fora da universidade tem possibilitado aprendizagens singulares. As temáticas do racismo e do capacitismo são debatidas de forma aberta e crítica, possibilitando que coletivamente sejam pensadas estratégias de enfrentamento a essas estruturas sociais de opressão e hierarquização.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um dos resultados importantes de discutirmos foi o fato de termos superado o primeiro momento de incertezas sobre a continuidade das atividades de extensão universitária durante o isolamento social imposto pela pandemia do Covid-19. Ao contrário do que imaginávamos, conseguimos ampliar a convivência com as pessoas com deficiência através da virtualidade das tecnologias da informação e das redes sociais. Além disso, novas ações foram construídas através de parcerias institucionais. Passamos a coordenar um grupo com idosos(as), com e sem deficiências, brancos(as) e negros(as), com encontros semanais, conversas telefônicas e interações pelo *whatsapp*. Iniciamos também um grupo aberto para rodas de conversas quinzenais sobre deficiência e racismo. No mesmo horário do grupo aberto, temos realizado *lives* quinzenais nas temáticas do CEPAC, sempre atentas à representatividade das pessoas com deficiência e das pessoas negras. Para a equipe de trabalho temos desenvolvido seminários online para pensarmos a produção de conhecimentos em coletivos através do ambiente virtual.

A criação de uma conta no Instagram ([@ufrgs.cepac](https://www.instagram.com/ufrgs.cepac)) foi essencial para dar seguimento à proposta de aumentar o contato com a comunidade, a visibilidade e o alcance das discussões anticapacitistas e antirracistas. A conta, que em 5 meses já acumula mais de 400 seguidores, visa trazer postagens informativas e comemorativas dentro da temática da deficiência e suas interseccionalidades.

No Brincar de Viver, além de desenvolver inclusão digital e social na vida da pessoa idosa durante o período de pandemia, o projeto também possibilita às estudantes e às integrantes da equipe a promoção de uma reflexão sobre o lugar social do(a) idoso(a), bem como da importância da extensão universitária como um espaço de compartilhamento e de vínculo às questões de Políticas Públicas e das interseccionalidades entre raça, deficiências e geração. Uma pesquisa qualitativa retrospectiva deverá ser encaminhada posteriormente para difundir os resultados da experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfrentamento ao racismo e ao capacitismo de forma interseccional em tempos de pandemia tem sido fundamental na formação de estudantes, docentes e profissionais da saúde. Os espaços coletivos da extensão universitária, possibilitados pelas políticas públicas das universidades públicas fomentam a construção de ações comprometidas com os problemas sociais. As trocas de experiências e de saberes proporcionadas pelo CEPAC/UFRGS são reconhecidas por estudantes de graduação como espaços de aprendizagem singulares. A convivência com as pessoas com deficiência que compõem o coletivo, vividas em de forma horizontal, possibilita a desconstrução de estereótipos e o reconhecimento dos saberes da experiência. Por outro lado, as pessoas com e sem deficiência da comunidade podem se apoiar e se empoderar a partir de discussões teóricas e conceituais, de modo a nomear e visibilizar violências sofridas socialmente. Ou seja, o que de fato há é a construção de um espaço enriquecedor embasado, além dos referenciais teóricos mencionados, em compartilhamentos, aprendizagens, problematizações, reflexões, empoderamentos, pertencimentos, potencialidades, afetos e em colaborações entre todos.

Ainda há um longo percurso a percorrer na temática das deficiências na sociedade e a extensão universitária é uma ferramenta importante nesse percurso. O projeto rodas de conversa do CEPAC, cujo espaço aberto à comunidade, permite trocas de experiências entre pessoas com e sem deficiência, tem como objetivo principal lutar por uma sociedade mais compreensível e menos capacitista. Por sua vez, o projeto Brincar de Viver articula as dimensões do capacitismo, etarismo e do racismo apontando para a interseccionalidade necessária para a compreensão e enfrentamento dessas desigualdades. As reflexões trabalhadas nesses projetos cumprem um importante papel social no enfrentamento ao racismo e ao capacitismo.

REFERÊNCIAS

- BUZAR, F. J. R. 2012. Interseccionalidade entre Raça e Surdez: a situação de surdos(as) negros(as) em São Luís-MA. Dissertação (Mestrado em Educação). *Universidade de Brasília*, Brasília, 155f.
- CRENSHAW, K. 2002. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. pp.171-189.
- DAVIS, A. 1981. Mulheres, raça e classe. *Penguin Random House LLC*.
- DINIZ, D. 2007. O que é deficiência. *Brasiliense*.
- FREIRE, P. 1983. Extensão ou Comunicação? *Paz e Terra*, 7a ed. Rio de Janeiro
- HOOKS, b. 2017. Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade. *Editora WMF Martins Fontes*.
- MARCO, V. D. 2021. Capacitismo: o mito da capacidade. *Editora Letramento*.
- MELLO, A. G. 2016. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 21(10): 3265-3276.: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>.
- NASCIMENTO, A. 2009. O Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. NASCIMENTO, E. L. (Org.). *Afrocentricidade uma Abordagem Epistemológica Inovadora*. Coleção Sankofa, v 4. Selo Negro Edições.
- NOGUERA, R. 2019. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. *Momento: diálogos em educação*, 28 (1): 127-142.
- SILVA, C. G. 2016. A relevância das cotas raciais como ferramenta de transformação da realidade social da população negra brasileira. *REIA- Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, ano 3, volume 3(2):59-76.
- SILVA, E. W. O.; LIMA, A. J. 2020. As cotas raciais na construção da democracia. *Mosaico*, 12(19).
- SILVA, V. C.; SILVA, W. S. 2018. Marcadores sociais da diferença: uma perspectiva interseccional sobre ser estudante negro e deficiente no Ensino Superior brasileiro. *Revista Educação Especial*, 31 (62): 569-585, Universidade Federal de Santa Maria. Brasil.